



TEORIA, HISTÓRIA E POLÍTICA EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1969-78)

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202200020004>

LEONARDO BELINELLI*

KARIM HELAYEL**

RESUMO

Este artigo examina o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, com destaque para o período de 1969 a 1978. Orientados pelo diálogo com a história da “sociologia histórica” e pela perspectiva das ideias como forças sociais, discutiremos como “teoria”, “história” e “política” aparecem em seus estudos sobre a dependência e a democratização do Brasil, articulando suas preocupações teórico-metodológicas e sua prática política.

PALAVRAS-CHAVE: *Fernando Henrique Cardoso; sociologia histórica; sociologia brasileira; teoria social; pensamento social e político brasileiro*

Theory, History and Politics in Fernando Henrique Cardoso (1969-78)

ABSTRACT

This article examines Fernando Henrique Cardoso's thought, with emphasis on the period between the years 1969 and 1978. Guided by the dialogue with the history of “historical sociology” and by the perspective of ideas as social forces, we shall discuss how “theory”, “history” and “politics” appear in his studies on Brazil's dependence and democratization, articulating his theoretical-methodological concerns and his political practice.

KEYWORDS: *Fernando Henrique Cardoso; historical sociology; Brazilian sociology; social theory; Brazilian social and political thought*

[*] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: belinelli.leonardo@gmail.com

[**] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: khelayel@gmail.com

A despeito de o surgimento da sociologia histórica ser comumente identificado a esforços teóricos centrados no hemisfério norte nos anos 1960-70, nosso pensamento social se constituiu, desde os chamados ensaios de interpretação do Brasil, a partir de elaborações que articulam teoria e história. Segundo Elide Rugai Bastos (2005), o vínculo entre ambas pode ser encontrado em diferentes ensaios, publicados na década de 1930, com destaque para trabalhos clássicos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Embora esses ensaístas adotem interpretações variadas sobre o passado local e se orientem por instrumentos analíticos distintos, a combinação entre história e sociologia promovida

por eles visa não apenas a explicar a formação do país como também “assume função política e define o modo pelo qual a utilizam não só como forma de desvendamento da realidade, mas como proposições para alterá-la” (Bastos, 2005, p. 20).

Esse esforço teórico e prático não se esgotou, contudo, em nossa tradição ensaística. Assim, examinaremos a perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, em alguns de seus trabalhos, para indicar o modo como suas reflexões sociológicas articulam teoria, história e política. A preocupação de Cardoso com a articulação desses três elementos atravessa sua obra, tornando necessário qualificá-los. A teoria se refere ao diálogo crítico e historicizado estabelecido com elaborações clássicas e contemporâneas da teoria social e política. Ou seja, a construção de categorias analíticas somente poderia ser efetivada por meio da mobilização de conceitos historicamente lastreados. Já a dimensão da política aparece vinculada à teoria e à história de três modos em sua trajetória e formulações: 1) por sua preocupação com a intervenção na realidade nos anos 1960, que ocorre tanto no Conselho Universitário da USP quanto na Campanha em Defesa da Escola Pública, da qual participou ativamente Florestan Fernandes e seus assistentes (Cardoso, 2021); 2) mediante sua prática política direta nos anos 1970, formalizada tanto teórica quanto normativamente nos trabalhos que produziu no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), bem como por sua vinculação político-partidária ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e 3) epistemologicamente, a partir da crescente, embora sempre relativa, autonomia conferida à política, delineada sistematicamente na década de 1970 (Cardoso, 1977).

Essas características do pensamento e da atuação de Cardoso se tornam inteligíveis a partir de seus vínculos intelectuais com a história da sociologia paulista, em especial com a Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo. Foi nela, sob a liderança de Florestan Fernandes, seu orientador, que ocorreu sua educação sociológica. Conforme Antonio Brasil Jr. (2013), Fernandes foi quem conferiu densidade histórica à “sociologia da modernização” norte-americana, ao problematizá-la como construto unilinear, efetuando — assim como Gino Germani, na sociologia argentina — um processo de aclimatação daquele repertório. A “*contingência histórica*” teria passado a atuar internamente como “princípio explicativo” nos trabalhos de Fernandes e Germani, afastando-os, portanto, da “síntese final parsoniana” (Brasil Jr., 2013, p. 272, grifos do autor). Recuperando o argumento de Bastos (2002, p. 187), Fernandes teria procurado articular a história e a totalidade, no intuito de “dar conta das peculiaridades da formação social brasileira como uma forma particular de realização do sistema capitalista, ante as experiências clássicas do capitalismo originário”.

Assim, o aprendizado sociológico de Cardoso sucedeu em um contexto intelectual no qual a articulação entre teoria e história é tão central quanto polêmica. André Botelho (2013) indica que a sociologia política de Maria Sylvia de Carvalho Franco — cuja tese de doutorado, assim como a de Cardoso, foi orientada por Fernandes — pode ser entendida como uma espécie de contraponto crítico às proposições a-históricas das teorias da modernização, levando ao primeiro plano a relação entre teoria e história no âmbito da sociologia. Tal articulação não ocorreu sem divergências com seu orientador e seu colega, uma vez que Franco não poupou críticas ao modo pelo qual Cardoso mobiliza a categoria “patrimonialismo” em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (Botelho, 2013). O debate em torno desse conceito nos permite perceber que a ênfase na combinação entre categorias analíticas e matéria histórica ocorre de modo a explicitar o tipo de dominação social e política vigente no país.

Essas preocupações seriam reforçadas por Cardoso em trabalhos posteriores, já interpelados pelos temas e perspectivas desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), escola teórica igualmente preocupada com a articulação analítica e prática entre os três elementos (Bielschowsky, 2000). É como intervenção nos debates cepalinos que Cardoso concebe o famoso livro escrito em colaboração com Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (doravante DDAL), publicado originalmente em 1969. Além do diálogo crítico com a Cepal, o ensaio não só questionava os supostos epistêmicos da sociologia predominante na região — representada por Florestan Fernandes no Brasil e Gino Germani na Argentina (Brasil Jr., 2013) —, como também contrariava os diagnósticos econômicos e políticos do que ficou conhecido como teoria marxista da dependência (Kay, 2011). Por tudo isso, DDAL vem sendo qualificado tanto como trabalho emblemático de uma sociologia histórico-comparada latino-americana (Giordano, 2014) quanto como ponto de chegada da perspectiva sociológica histórico-comparada de Cardoso (Helayel, 2019). Esse ponto de chegada encontraria desdobramentos em sua tese de cátedra *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* (doravante PDSD), apresentada em 1968, no concurso da Cadeira de Política da USP e publicada como livro em 1971.

Em diálogo com Bastos (2005), nossa hipótese é que a articulação entre teoria e história na sociologia de Cardoso parece ter sido delimitada mediante uma relação, ora mais direta, ora mais indireta, com a intervenção na realidade. Como discutiremos, a relação entre teoria e história encontrará uma inflexão particularmente contundente em seus trabalhos nos anos 1970. Neles, podemos identificar que a relação entre Estado e sociedade, vínculo que constitui eixo analítico da sociologia política (Botelho, 2019), é tratada por Cardoso com base

na interação entre teoria, história e prática política. Tendo em vista que o elo entre teoria e prática constitui tópico que vem sendo discutido de diversas maneiras pela fortuna crítica de Cardoso (Garcia Jr., 2004; Belinelli, 2017; Gonçalves, 2018), procuraremos contribuir para o debate destacando a articulação entre proposições teóricas e matéria histórico-social. Ou seja, tal combinação, na perspectiva de Cardoso, sobretudo em seus trabalhos dos anos 1970, assim como discutiu Bastos (2005) em relação à nossa tradição ensaística, não se esgota na compreensão e explicação da formação social brasileira, fornecendo-lhe subsídios para uma intervenção consequente na realidade.

Contudo, não queremos sugerir que Cardoso tenha efetuado uma completa ruptura com a orientação forjada na Cadeira de Sociologia I. Muito pelo contrário: como indicamos, nos anos 1950-60 Fernandes e seus discípulos não deixaram de lado a preocupação com a intervenção prática dos sociólogos. Como sustenta Wagner de Melo Romão (2006), o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) foi concebido com ênfase nas proposições de Karl Mannheim e nos subsídios de uma “sociologia aplicada”, orientada pela preocupação com o “planejamento”. Podemos lembrar também das intervenções públicas dos membros da Cadeira de Sociologia I na Campanha de Defesa da Escola Pública (1960). Naquele momento, Cardoso discute, em alguns trabalhos, a relação entre educação e desenvolvimento (Cardoso, 1958, 1960; Cardoso; Ianni, 1959), ministrando ainda palestras em sindicatos e indo a Brasília para discutir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com senadores (Cardoso, 2021).

Efetuada o matiz, a tríade teoria, história e política viria a ganhar contornos decisivos nos anos 1970, no contexto do Cebrap, do qual Cardoso foi um dos fundadores. Assim, este artigo se divide em dois momentos, cujo recorte se restringe ao período de 1969 (ano de publicação de DDAL) a 1978 (quando publica o trabalho no qual formaliza proposta de construção partidária). Primeiramente, trataremos da relação entre teoria e história, concedendo ênfase a PDSD, sua tese de cátedra para o concurso da Cadeira de Política da USP. Num segundo momento, analisaremos a interação entre teoria e prática em alguns de seus trabalhos da década de 1970, os quais não prescindem da dimensão histórica.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO ENTRE A TEORIA E A HISTÓRIA

Para discutirmos alguns dos trabalhos de Cardoso no âmbito do Cebrap, cumpre recuperarmos o modo pelo qual a articulação entre teoria e história é compreendida em sua produção dos anos 1960, movimento efetuado no mesmo período em que se constitui, no hemisfério norte, a chamada sociologia histórica. Malgrado DDAL po-

der ser qualificado como uma sociologia histórica (Connell, 2007; Giordano, 2014; Villegas, 2014), e as diversas pesquisas de Cardoso poderem ser pensadas como representativas da formalização de uma perspectiva sociológica histórico-comparada (Helayel, 2019), diferentes trabalhos sobre os primeiros momentos do processo de construção da subárea tendem a reforçar uma narrativa centrada na produção intelectual norte-americana e europeia (Skocpol, 1984; Smith, 1991; Sewell Jr., 2017). Em alguns casos, as formulações de DDAL são lateralizadas, sendo entendidas como capazes de interpelar o surgimento de extensões críticas na “segunda onda” da sociologia histórica (1970-80), especialmente os trabalhos que analisaram formações sociais distintas da europeia e da norte-americana (Adams; Clemens; Orloff, 2005). Como é sabido, o marco de surgimento da sociologia histórica se encontra comumente referido ao contexto das ciências sociais norte-americanas dos anos 1960-70, quando surgem formulações que se contrapõem ao caráter a-histórico do estrutural-funcionalismo parsoniano e das teorias da modernização (Skocpol, 1984; Reis, 1998).

Assim, DDAL e PDSO formalizam a aposta de Cardoso na história e na comparação como recursos decisivos, podendo ser pensados ao lado de trabalhos paradigmáticos da sociologia histórica, como os de Reinhard Bendix e Barrington Moore (Helayel, 2019). Ao comparar as experiências sociais de modernização latino-americanas, Cardoso mostra que o desenvolvimento econômico na periferia não apenas ocorreu de forma própria quando contrastado com o caso dos países de capitalismo originário, mas também assumiu, dadas as suas particularidades, feições diversas no interior da região. Para a elaboração de seu diagnóstico, o autor associa a problemática da política à sua perspectiva sociológica histórico-comparada. A política vem sendo destacada pela fortuna crítica de Cardoso como uma dimensão incontornável de seus trabalhos, seja para pensar sua relação com o marxismo (Lima, 2015; Gonçalves, 2018; Belinelli, 2019a), seja levando em conta sua centralidade para uma reflexão mais sistemática sobre a economia (Leme, 2015). Em alguns casos, dada a importância da política em suas formulações, Cardoso chegou a ser qualificado como “politicista” (Lahuerta, 1999; Cotrim, 2001).

Desse ponto de vista, e a despeito da importância de DDAL, entendemos que PDSO pode ser considerado o trabalho mais sistemático de Cardoso sobre a dependência. Em PDSO, Cardoso (1978a) se debruça sobre a modalidade de dependência na qual algum grupo nacional logrou controlar o processo produtivo, modalidade oposta àquela baseada na atuação de enclaves econômicos diretamente instalados nas economias periféricas. Como o processo de formação das burguesias latino-americanas corresponderia a itinerários díspares,

o recurso à comparação passa a ser mobilizado para se analisar dois casos de burguesias — a argentina e a brasileira — que teriam se formado em contextos nos quais foi possível o controle interno do sistema produtivo de seus países. Se em DDAL a combinação entre a história e a comparação é acionada com base em um escopo mais amplo de países, em PDSO Cardoso opta por restringir e aprofundar a análise de dois casos empíricos vinculados à mesma modalidade de dependência.

Antes de operar comparativamente com as representações mantidas pelos empresários urbano-industriais argentinos e brasileiros, Cardoso reconstitui os processos de formação das burguesias nos dois países, bem como das demais classes sociais com as quais elas se relacionam. Dessa forma, o autor discute o período de “desenvolvimento para fora” no qual são construídos seus Estados nacionais no século XIX; analisa o contexto das chamadas políticas de industrialização substitutiva de importações, implementadas para conter os efeitos da crise econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial; e, por fim, trata do momento de “internacionalização do mercado interno” no pós-guerra — que constitui o ponto de chegada de DDAL (Cardoso; Faletto, 2004) —, reafirmando o diagnóstico da simultaneidade entre desenvolvimento e dependência (Cardoso, 1978a).

Ao internalizar a política em PDSO, Cardoso assinala que a unificação da sociedade argentina teria ocorrido mediante o predomínio logrado pela burguesia mercantil de Buenos Aires sobre os demais grupos econômicos locais. No Brasil, em contraste, a consolidação do Estado-nação teria significado a conformação de uma “federação” de interesses localizados regionalmente, embora atrelada à política centralizadora do Império. Portanto, na Argentina, teria sido formada uma “unidade de classe” sob a égide da burguesia portenha, combinada com a constituição de um sistema produtivo agrário-exportador dinâmico o suficiente para viabilizar a diferenciação interna do processo produtivo. Já no caso brasileiro, não teria sido possível a formação, tanto no Império quanto na Primeira República, de uma “unidade de classe”, pois seu sistema exportador teria se constituído por meio de múltiplos setores produtores paralelos.

Assim, a estrutura de poder dos setores agrário-exportadores brasileiros tenderia a uma maior debilidade, posto que nenhum deles teria conseguido se impor de forma hegemônica. Em contraste com a “dinamização da sociedade” alcançada na Argentina, no Brasil tal debilidade não teria permanecido confinada aos grupos dominantes, atingindo tanto as “classes médias” quanto as “massas urbanas”, o que indicaria que a “diferenciação econômica e a diferenciação social do ‘sistema exportador’ brasileiro foram relativamente menores do que na Argentina” (Cardoso, 1978a, pp. 99-100). Contudo, apesar da

ausência de uma “unidade de classe” no Brasil, a oligarquia local teria tido mais capacidade de suportar as “pressões de baixo”, em razão da incipiência organizativa da classe trabalhadora.

No contraste entre os processos de desenvolvimento dos dois países, Cardoso diferencia o papel do Estado em ambos. Na Argentina, o desenvolvimento encetado após a crise econômica de 1929 teria repousado no dinamismo de grupos empresariais privados, de modo que o aparelho estatal não teria atuado como investidor direto, como no Brasil, onde ele constituiria agente econômico decisivo, invertendo capitais em setores básicos da indústria. Ao tratar do peronismo, Cardoso (1978a, p. 96) ressalta que o Estado teria surgido “como árbitro, como ponte, mas não diretamente como grande investidor”. Essa ponte vincularia os setores economicamente dominantes da burguesia industrial e as “massas”, o que denotaria sua autonomia relativa naquela conjuntura. Entretanto, os setores oligárquicos teriam continuado a obter benefícios na conjuntura populista, pois “mesmo durante a vigência do regime peronista, a transferência de rendas internas se fez em benefício do setor agroexportador” (Cardoso, 1978a, p. 97).

No Brasil, em contraste, o populismo varguista teria expressado um “baixo nível de expectativas”, não mobilizando os trabalhadores rurais e tornando viável a composição dos “coronéis” no sistema de poder. Apesar da participação agrário-exportadora no peronismo, a pressão das camadas populares se fez sentir com intensidade, enquanto no caso brasileiro a aliança política entre as classes sociais teria sido mais ampla, com pressões populares rarefeitas, deixando ampla margem para a constituição de pactos conciliatórios entre interesses (em tese) opostos. Outra diferença residiria na importância da pressão operária na Argentina, cuja atuação teria sido mais contundente, embora não tenha sido capaz de impedir que o desenvolvimento permanecesse a cargo dos setores empresariais privados. Diferentemente do caso portenho, os empresários brasileiros teriam desempenhado papel secundário na equação nacional do poder, valendo-se de uma política “eminentemente oportunista”.

Para Cardoso, governos como os de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi, norteados por uma “ideologia nacional-desenvolvimentista”, teriam tido lugar no limiar da redefinição do sentido da dependência dos países periféricos em relação às economias centrais. Marcados pela “internacionalização do mercado interno”, na qual as economias argentina e brasileira teriam se beneficiado da entrada de investimentos industriais estrangeiros diretos, ambos teriam logrado manter uma política de “incorporação das massas”. Entretanto, no plano político, delineava-se um dilema que teria impacto no curso da industrialização em ambos os países: “estabelecer o sistema de forças

com base em uma aliança entre o operariado e as ‘classes produtoras’, ou das classes produtoras entre si, com exclusão das massas” (Cardoso, 1978a, p. 111).

A primeira alternativa se mostraria inviável no contexto da nova dependência, cujos fundamentos se encontrariam assentados sobre as grandes empresas estrangeiras, nacionais e públicas. A redefinição dos vínculos entre centro e periferia latino-americana não se coadunaria com uma orientação nacional-populista, pois os empecilhos para a sustentação de políticas de redistribuição de renda e formação interna de capitais teriam levado o empresariado a preferir um modelo de desenvolvimento econômico associado aos capitais estrangeiros. Teria sido adotado um padrão de “industrialização restritiva” estruturado sobre um mercado de altas rendas, que teria como base grandes unidades produtoras participantes de um circuito próprio de produção e consumo. O foco residiria, portanto, em um mercado consumidor exíguo, porém de ampla capacidade financeira, como seriam as grandes empresas e o Estado, agora consumidores preferenciais das indústrias de máquinas e insumos industriais.

Com isso, podemos dizer que a reconstituição histórica e comparativa realizada por Cardoso confere inteligibilidade sociológica à análise empírica efetuada em PDSD. O autor procura compreender e explicar as orientações ideológicas dos empresários industriais argentinos e brasileiros, suas opções de alianças, articulações e oposições a determinados grupos sociais. No Brasil, o empresariado apresentaria uma tendência a negar conflitos entre seus próprios interesses e os interesses agrários, bem como procuraria, quase que exclusivamente, construir alianças com setores da burguesia em detrimento do operariado. Essa predisposição encontraria correspondência na Argentina, pois os empresários tenderiam a não enfatizar conflitos com o setor agrário e muito menos com o setor externo da economia. Em relação à burguesia nacional, a maioria dos industriais recusava a reforma agrária como prognóstico para os problemas de tamanho do mercado interno. Os empreendedores teriam propensão a certo “isolacionismo político”, optando pela constituição de alianças entre si, de modo a fortalecer o “bloco ocidental” na Guerra Fria (Cardoso, 1978a, p. 142). Em relação à intervenção estatal, os dados corroborariam as histórias das industrializações argentina e brasileira, uma vez que os argentinos não teriam uma disposição tão acentuada quanto os brasileiros para aceitar que o Estado atuasse de modo ativo na condução do processo de desenvolvimento (Cardoso, 1978a, p. 152). Esse aspecto é significativo por denotar, como propõe Cardoso, que as ideologias do empresariado — como de qualquer classe social — devem ser circunstanciadas historicamente, uma vez que produzidas sob relações sociais específicas.

Igualmente fundamental para a consolidação das orientações ideológicas do empresariado seria sua relação com o mercado externo. Cardoso assinala que os setores mais dinâmicos e modernos da economia brasileira seriam mais permeáveis ao controle de grupos econômicos internacionais ou do próprio Estado. As grandes empresas brasileiras teriam maior propensão a se vincular ao sistema internacional de produção, modernizando-se, o que atestaria a clara tendência à associação entre o “setor moderno de produção” e a “dependência estrutural do exterior” (Cardoso, 1978a, pp. 176-7). Contudo, indica que haveria uma importante diferença na relação das empresas argentinas e brasileiras com o exterior, pois “enquanto aquelas tendem a estabelecer vínculos financeiros *sem* estar ligadas por liames tecnológicos, nas brasileiras a vinculação tecnológica se verifica com maior frequência e independentemente da vinculação financeira” (Cardoso, 1978a, p. 177, grifo do autor).

Como já haviam discutido Cardoso e Faletto (2004, p. 162), a “internacionalização do mercado interno” teria sido o momento no qual a vinculação dependente das economias periféricas ao mercado internacional se daria por meio “de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais”. Nesse sentido, Cardoso (1978a) salienta que tanto a burguesia argentina quanto a brasileira, apesar de suas diferenças, não comportariam uma “visão hegemônica”, o que teria a ver com o reconhecimento da “impossibilidade histórica” de colocar em prática uma política de hegemonia. Os setores “nacional-populista” e “internacionalizante” teriam desenvolvido, no plano político, ideologias propensas a “reações adaptativas”, que os inclinariam a assumir compromissos com as forças políticas mais vigorosas do momento (Cardoso, 1978a, p. 203). Cardoso aprofunda, dessa maneira, a desestabilização de prognósticos otimistas sobre o suposto protagonismo da “burguesia nacional” no processo de mudança social, presentes, de modos distintos, em formulações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), interlocutores diretos em seus trabalhos na década de 1960. O diagnóstico assinala como encerradas as chances de um desenvolvimento nacional conduzido à maneira de um nacionalismo de esquerda, ao mesmo tempo que procurava reorientar analítica e politicamente os setores não vanguardistas da esquerda brasileira.

Os escritos dos anos 1970 podem ser vistos como um desdobramento dessa análise. É verdade que, naquela década, Cardoso se volta para a análise do autoritarismo e da democratização. Porém, embora se debruçasse sobre a dinâmica político-institucional propriamente dita, em consonância com a abordagem historicizada levada a cabo no momento imediato de institucionalização da ciência política no país (Forjaz, 1997), Cardoso não se distancia completamente de uma

perspectiva histórica formulada na década anterior. O que se nota é certo afastamento em relação à Cadeira de Sociologia I da USP, formalizado quando se torna catedrático da Cadeira de Política em 1968, ampliando sua ênfase na autonomia relativa do processo político (Cardoso, 1977, pp. 1-2).

É tema ainda pouco explorado na literatura a passagem de Cardoso do campo da “sociologia” para o campo da “política” como área do conhecimento. Sendo impossível esgotá-lo aqui, gostaríamos de chamar a atenção para o sentido teórico envolvido no título do trabalho escrito em parceria com Enzo Faletto e naquele da tese apresentada para a disputa da cátedra de Política na USP. Embora ambos carreguem o termo “desenvolvimento”, o trabalho escrito na Cepal enfatiza a “dependência”, enquanto o apresentado à banca do curso docente começa com “política”.

É verdade que a noção cardosista de “dependência” deve ser interpretada à luz do conflito de classes pela direção política da sociedade — e, nesse sentido, é uma categoria de viés político. No entanto, para além da eventual escolha estratégica do termo em razão da disciplina para a qual o autor da tese concorria, “política” sugere, pelo menos, outra ênfase importante. Fundamentalmente, remete à disputa pela *direção do Estado* por partidos políticos organizados para tal fim, como define Max Weber (1993). Em negativo, desprivilegia, embora não exclua, a ênfase analítica no vínculo entre o “externo” e o “interno”. Esse desdobramento analítico é menos surpreendente se tivermos em conta que na relação entre esses dois âmbitos, como vimos anteriormente, a força explicativa das singularidades latino-americanas reside na dimensão interna.

Somada ao destaque marxiano no exame dos conflitos entre classes sociais, a perspectiva “política” desenvolvida por Cardoso resulta numa grade analítica que privilegia o exame da disputa de partidos ligados a classes sociais em torno do Estado e no modo pelo qual estes lhes responde ou não. Esse será justamente o enfoque desenvolvido em seus trabalhos nos anos 1970, nos quais o tema do desenvolvimento perde predominância em favor da relação entre autoritarismo e democratização.

DEMOCRACIA CONTRA O AUTORITARISMO:

TEORIA, HISTÓRIA, POLÍTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

A moderna ciência política brasileira se constitui atrelada à conjuntura da ditadura civil-militar de 1964, contra a qual os cientistas políticos do país teriam reagido de modo a entender, de um lado, o processo de ascensão do autoritarismo e, de outro, a construir uma plataforma política capaz de conferir os subsídios para a recomposi-

ção da democracia (Keinert; Silva, 2010). Naquela quadra, as análises a respeito da relação entre Estado e sociedade no país foram marcadas pela ênfase no autoritarismo do primeiro sobre a segunda (Forjaz, 1997). Entre as razões que explicam essa característica da literatura pode-se indicar o contexto ditatorial imediato na qual era produzida, mas também o acento epistemológico na “autonomia da política”, traço que se fortaleceria no processo de consolidação da “agenda americana de pesquisa” (Werneck Vianna, 1997). Em contato com o financiamento internacional (Miceli, 1989) e com a literatura estrangeira dedicada ao tema da articulação entre democracia/autoritarismo e desenvolvimento, os cientistas sociais procuravam menos “explicar as razões do golpe de 1964” — tema predominante na segunda metade dos anos 1960 — do que compreender, por um lado, a gênese da sociedade que o tornou possível e, por outro, as possibilidades de superação. Como vínculo entre as duas dimensões, o tema da “modernização conservadora” — caro à sociologia histórica — e de seus efeitos ganhou espaço no debate científico nacional, reformulando a articulação entre teoria e história na qual o elemento da política ganhará novo vigor.

Embora não fizesse parte da geração “mineiro-carioca”, importadora de métodos e temas norte-americanos para as ciências sociais brasileiras, nem por isso Cardoso deixou de ser personagem importante em seus redirecionamentos analítico e valorativo. Tal importância se deve tanto à ressonância internacional de sua obra (Feres Jr., 2005) como a sua capacidade de criar pontes entre a comunidade científica e quadros da sociedade civil, a que devemos acrescentar seu papel de liderança na concertação de intelectuais no interior do campo das ciências humanas. Conjugando tais predicados, Cardoso exerceu influência fundamental no tipo de ciências sociais feito no Brasil dos anos 1970, convertendo-se em uma liderança intelectual (Lahuerta, 2001) em torno da qual projetos científicos e políticos se organizavam e se contrapunham.

Para compreender a já mencionada inflexão da relação entre teoria e história e seu impacto prático na trajetória de Cardoso, o biênio 1974-75 é chave. Tal reconfiguração ganhou força política própria em 1974, quando componentes do Cebrap se aproximaram dos líderes do MDB, que buscavam auxílio para elaborar o programa político a ser apresentado nas eleições nacionais daquele ano (Cardoso, 2009). A cena da política brasileira naquele período mudou qualitativamente com os resultados do pleito. Depois de anos de crescimento econômico vertiginoso, o regime militar se viu surpreendido por uma esmagadora vitória do partido oposicionista. O MDB ganhou 16 das 22 cadeiras disputadas para o Senado e fez 44% da Câmara Federal (Agência Senado, 2014).

Desde então, Cardoso passou a articular, no plano analítico, as singularidades da relação entre Estado e sociedade no pós-1964 e os caminhos democráticos esboçados com a vitória emedebista. Tal ensaio se manifesta com clareza em duas iniciativas editoriais do referido biênio. A primeira é a coletânea *Os partidos e as eleições no Brasil* (1975), organizada em parceria com Bolívar Lamounier, caracterizada por Cardoso (2021, p. 188) como representativa de seu “interesse na política prática”. Publicado apenas dois meses depois das eleições que examina, o livro reunia, ineditamente, pesquisadores treinados e uma conjuntura “crítica” para a redemocratização brasileira (Lamounier, 2018, p. 110; Limongi, 2012).

Interpretando os resultados das pesquisas apresentadas na compilação, Cardoso e Lamounier flagram não apenas a “persistência de uma espécie de consciência coletiva política que, em vez de extinta, estava silenciosa”, como também a “constituição de uma cidadania [...] apesar da inexistência de um sistema democrático no país” (Cardoso; Lamounier, 1975, pp. 10-1). Embora não recorressem aos fundamentos da “teoria da consciência de classe” de György Lukács (Belinelli, 2019a), muito utilizada nas teses defendidas por Cardoso nos anos 1960, os dois autores destacavam o vínculo entre classe social e voto, especialmente nas grandes cidades. Ecoando a perspectiva “modernizadora” e mesmo certas passagens de *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, ambos destacavam que “a crer nos dados (e por que não?), quanto mais urbanizado for o país, mais ‘democrática’ será a opinião e mais independente das pressões do governo será o eleitorado” (Cardoso; Lamounier, 1975, p. 11). Reemergia, pois, naquele contexto, a problemática política da representação democrática, antes refletida sob o conceito de populismo.

Ao identificar, ainda que difusamente, um vínculo entre o eleitorado urbano e o MDB, Cardoso dava os passos iniciais em sua tentativa de torná-lo o centro da oposição política contra o Estado autoritário. A iniciativa não contrariava apenas os conservadores, defensores da suposição de que apenas pelo autoritarismo estatal o país poderia se modernizar; contrapunha-se também aos liberais, que imaginavam uma democracia brasileira amoldada às formas dos padrões pluralistas estabelecidos nos países do Atlântico Norte. Em contraste, e alicerçado sobre suas formulações a respeito da dependência, Cardoso alertava para a necessidade de o sistema político ser capaz de dar vazão às formas sociais prevalecentes na sociedade brasileira.

Publicada no mesmo ano de *Os partidos e as eleições no Brasil*, a coletânea *Autoritarismo e democratização* (1975) — essa, de autoria inteiramente própria — organizará em termos conceituais o programa “teórico” e “prático” então em formulação. O livro seria composto de dois eixos: o “analítico”, pelo qual procura delinear as formas assumi-

das pelo autoritarismo e a organização da acumulação capitalista no país; e o “valorativo”, que busca apontar os limites dos prognósticos autoritários, de modo a “vislumbrar onde e de que forma são possíveis alternativas democráticas e igualitárias” (Cardoso, 1975, p. 11). Os eixos assinalados encontram correspondência na própria forma de organização do livro. Na parte inicial, são coligidos textos dedicados ao debate sobre desenvolvimento e classes sociais (capítulos I, II e III); a seguinte é composta de artigos a respeito do Estado (capítulos IV, V e VI); e, por fim, o livro se encerra com o capítulo intitulado “A questão da democracia”, espécie de síntese da análise e do programa político em elaboração.

Não há dúvida de que tal formulação, para ser pensada de forma “concreta” naquela conjuntura, supunha a elucidação do que Cardoso chamava de “modelo político brasileiro”, pensado como um “sistema de poder que assumiu a forma burocrático-autoritária e que tem funcionalmente dois eixos não excludentes, um tecnocrático e outro militar”, por trás do qual estariam os “interesses da expansão capitalista, nas suas duas vertentes, a empresa estatal e o conglomerado internacional, aos quais se liga uma burguesia local que nem por ser caudatária e dependente deixa de ser importante como força econômica e social” (Cardoso, 1975, pp. 225-6).

Em explícito diálogo com as formulações de Juan Linz e Guillermo O’Donnell, Cardoso procurou assinalar a particularidade do modelo político local na forma como este operava a conexão dos interesses dos grupos que o sustentavam. Embora aceitasse o conceito de “autoritarismo” proposto pelo sociólogo espanhol em *Totalitarian and Authoritarian Regimes* (Linz, 2000 [1973]), Cardoso ponderava que seria inadequada a assunção de Linz a respeito da falta de legitimidade dessa modalidade de regime (Cardoso, 1975, p. 195).

Mais do que assinalar aprioristicamente a lição dos clássicos da teoria política segundo a qual nenhuma forma de regime se estabiliza se não tiver algum grau de legitimidade — de “consenso”, segundo Antonio Gramsci, autor que Cardoso incorpora de forma crescente a suas reflexões naquele período (Belinelli, 2019b) —, ele procura demonstrar sua existência no caso brasileiro a partir do que designou como “anéis burocráticos”, vasos comunicantes que, até mesmo informalmente, garantiam, “por fora” do sistema partidário em funcionamento, o vínculo entre Estado e certos setores da sociedade. Dessa forma, o consenso produzido situava-se fora de qualquer arena deliberativa — isto é, representativa — capaz de emprestar legitimidade incontestada à decisão tomada. Aí estaria o cerne da crise do regime.

Segundo Cardoso, tal crise se manifestaria por uma espécie de sobrecarga dos “anéis burocráticos”, sinalizadora da crescente

incapacidade de gestão dos militares. Além disso, o processo de crescimento econômico com expansão das desigualdades impeliria à superação da apatia produzida pela repressão dos governos militares — conforme manifestado nas eleições de 1974. Daí o papel-chave de alguns setores mais politizados da sociedade civil, como os componentes progressistas da Igreja, universitários e profissionais da classe média, como jornalistas, advogados e mesmo tecnocratas do regime, combinados à militância operária reativada desde as greves de Osasco e Contagem (1968) (Cardoso, 1975, p. 235). O investimento intelectual na articulação entre teoria e história não apenas o levou a formular categorias — algumas polêmicas, como “anéis burocráticos” e “burguesia de Estado” —, como, em especial, visava a sugerir um modo de interpretar a *crise* do regime, sobre a qual deveriam agir os setores democráticos da sociedade local.

Com seu ingresso na política profissional em 1978, ano em que se lança candidato pelo MDB ao Senado e se torna suplente de Franco Montoro, Cardoso passa a elaborar analiticamente — e atuar politicamente — em prol da criação de um partido político capaz de organizar os grupos sociais emergentes durante a modernização conduzida pelos militares. Para forjar essa forma-partido, ainda antes da instalação do multipartidarismo em 1979, Cardoso estabelece um diálogo crítico com as propostas partidárias “basistas” e “vanguardistas” presentes na esquerda. Sinteticamente, apontava três equívocos comuns nessas reflexões, em geral articulados ao problema da representação democrática.

O primeiro seria a identificação da “sociedade civil” com os “grupos explorados”, o que levaria ao apagamento de distinções importantes no interior da primeira. O segundo seria produto da ânsia antiestatal da esquerda, que reduziria o Estado apenas ao papel de domínio e, portanto, acabaria conduzindo-a ao raciocínio liberal da negação da legitimidade das funções estatais. Como consequência, a esquerda teria uma compreensão insuficiente a respeito do papel do Estado na configuração do capitalismo contemporâneo. Combinados, esses erros — ao mesmo tempo teóricos e práticos — a levariam ao abandono do sistema político, deixando-o livre para que os grupos conservadores reforçassem seu domínio sobre as instituições políticas.

A partir de tais reflexões, Cardoso formulou uma proposta de construção partidária que designou como “partido dos assalariados”, cuja composição seria a seguinte:

massa não organizada com a nucleação dos setores assalariados mais avançados, constituindo-se partidos que sejam confederações capazes de incluir os polos de ativação política e as organizações da base da sociedade civil, numa única frente de luta oposicionista sem sufocá-las no burocratismo

partidário. Fácil não será, nem será um caminho já trilhado e apoiado em textos clássicos. Mas tampouco a sociedade brasileira e as contradições do desenvolvimento capitalista dependente-associado são semelhantes às sociedades e ao processo histórico pelos quais passaram as sociedades clássicas de classe. (Cardoso, 1978b, p. 17)

Em plano mais amplo, é significativo que a articulação entre teoria, história e política nas reflexões de Cardoso indique que as ideias, quando convertidas em forças sociais, podem se cristalizar em instituições — ou, pelo menos, em propostas para sua criação e reorientação. É justamente aí que se manifestam, no plano concreto, as diferenças políticas entre os agentes. Como se percebe, a proposta de Cardoso se distancia daquela que ganharia forma com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual parcela expressiva da intelectualidade paulista aderiu naquele momento. Mais do que o operariado, o partido *omnibus* não apenas visava a incorporar os setores das classes médias constituídos a partir do processo de modernização pelo qual o país passava desde 1964 (Belinelli, 2017) como também procurava estabelecer conexões com os setores econômicos informais, estudados por cebrapianos (Kowarick, 1979), também alargados pelo mesmo processo histórico.

Se no plano analítico, como vimos, Cardoso se notabiliza por acreditar nas possibilidades de surgimento de uma democracia liberal no país, cabe igualmente enfatizar que sua proposta de partido carrega, como disposição ética, a valorização da própria democracia liberal como regime político capaz de transformar a sociedade com a manutenção do pluralismo. Reunido às características já mencionadas, esse é um elemento que também nos ajuda a compreender a crescente capacidade de atuação política do autor-ator no processo de redemocratização do país, que se diferencia de sua perspectiva sobre a política nos anos 1960, marcada por uma ênfase mais propriamente analítica do que interventiva.¹

[1] Há trabalhos, contudo, que entendem que DDAL pode ser lido como uma sociologia política orientada para o entendimento das “razões do atraso”, de modo a “propor estratégias para superar o subdesenvolvimento” (Reis, 2015, p. 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos indicar como teoria, história e política se conectaram nas reflexões de Fernando Henrique Cardoso entre 1969 e 1978. Nessas elaborações estavam em jogo a tentativa de articular os supostos epistêmicos e históricos embutidos nas teorias utilizadas — em geral, formuladas a partir dos processos sociais dos países do Atlântico Norte — e a história local. Tratou-se, portanto, de orientação duplamente crítica, uma vez que exigia reexaminar os objetos de análise à luz de prismas que estavam, eles próprios, em processo de reexame. À tal orientação conjugava-se outra, que não

lhe era externa: a intervenção na realidade. Diversas consequências poderiam ser tiradas desse quadro. Vamos nos concentrar em três, que entendemos serem as principais. A primeira é a de que a própria realidade local deixava de ser concebida apenas como particularidade histórica — isto é, como uma espécie de resíduo negativo de teorias validadas — para ser tida também como ângulo privilegiado capaz de interpelar as grades analíticas rotinizadas nas ciências sociais.

Essa atitude questionadora nos permite passar à segunda consideração. O reposicionamento analítico da perspectiva do sociólogo e do cientista político latino-americano realizado na obra de Cardoso permite questionar a “história oficial” dos campos científicos das ciências sociais. A despeito da importância internacional de sua obra, chama a atenção o pouco destaque de suas formulações nos trabalhos dedicados a mapear a gênese e as características da sociologia histórica. Mesmo que se atribua o fato à possível maior penetração da obra de Cardoso nos debates a respeito do “desenvolvimento” na periferia, o caso permite interpelar criticamente a hierarquização e o modo de construção dos cânones disciplinares e subdisciplinares, desestabilizando supostos estabelecidos e reinterpretando a circulação de ideias não apenas como movimento de replicação da teoria produzida nos países cêntricos, mas como atividade autônoma e reflexiva.

Por fim, a terceira consideração nos leva a acentuar que as articulações entre teoria e história na trajetória de Cardoso se “completam”, por assim dizer, pelas preocupações práticas, políticas, contidas nelas. Se é certo que se tornou uma espécie de “lugar-comum” assinalar como a trajetória de Cardoso reúne as figuras do “cientista” e do “político” — visão reforçada pelo próprio Cardoso (2021) no título de sua autobiografia: *Um intelectual na política* — uma de nossas contribuições reside na tentativa de indicar as mediações pelas quais tal conjugação se tornou possível.

A reinterpretção das reflexões de Cardoso na chave proposta também possibilitou jogar nova luz sobre as relações entre ideias e práticas políticas. Em diálogo com as formulações de Bastos (2002) sobre a “força social” das ideias, pode-se indicar que esse processo, no plano concreto, ocorre tanto por meio da organização dos intelectuais — na forma de instituições de pesquisa, partidos políticos ou de organização da imprensa² —, como também por formulações que visem a influenciar os valores em torno dos quais a sociedade deve se organizar politicamente. Ou seja, se a prática política constitui vezo significativo na trajetória de Cardoso, a compreensão de seu sentido passa, em boa medida, pela forma como a relação entre teoria e história foi mobilizada para subsidiar sua atuação.

[2] Não tivemos condições de desenvolver essa frente argumentativa, mas cabe salientar o papel relevante da chamada “mídia alternativa” na organização dos intelectuais no processo de redemocratização do país. Em publicações como *Movimento e Opinião*, Cardoso “publicizou” muitas das suas formulações, então em condições de ampliar ainda mais a sua força. Para mais detalhes, ver Lahuerta (1999).

Recebido para publicação
em 24 de janeiro de 2022.

Aprovado para publicação
em 26 de maio de 2022.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

123, mai.–ago. 2022

pp. 253-271

LEONARDO BELINELLI [<https://orcid.org/0000-0002-4622-5366>] é doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo, onde também realizou pós-doutorado. É coautor, em parceria com André Singer e Cicero Araujo, de *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política* (Zahar, 2021). Neste artigo, foi responsável pela seção “Democracia contra o autoritarismo: teoria, história, política e seus desdobramentos” e pelas considerações finais.

KARIM HELAYEL [<https://orcid.org/0000-0002-5680-4556>] é pós-doutorando (bolsa CNPq) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou na *RIEB*, em coautoria com Antonio Brasil Jr., o artigo “Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960” (n. 74, 2019). Neste artigo, foi responsável pela introdução e pela seção “Fernando Henrique Cardoso entre a teoria e a história”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, Julia; Clemens, Elisabeth; Orloff, Ann. *Remaking Modernity: Politics, History, and Sociology*. Durham: Duke University Press, 2005.
- Agência Senado. “Especial: Senado 74 — A eleição que abalou a ditadura”, 14/11/2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>>. Acesso em: 13/12/2021.
- Bastos, Elide Rugai. “Pensamento social da Escola Sociológica Paulista”. In: Miceli, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*, v. 4. São Paulo/Brasília: Anpocs/Capes, 2002, pp. 183-230.
- . “Raízes do Brasil. Sobrados e mucambos: um diálogo”. *Perspectivas*, v. 28, 2005, pp. 19-36.
- Belinelli, Leonardo. “Da teoria à prática e vice-versa: partidos políticos e sociedade no Brasil na interpretação de Fernando Henrique Cardoso (1974-2017)”. *Teoria & Pesquisa*, v. 26, n. 2, 2017, pp. 181-213.
- . *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz*. Tese (doutorado em ciência política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019a.
- . “A presença de Gramsci no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1967-1983)”. *Praxis e Hegemonia Popular*, v. 4, n. 5, 2019b, pp. 192-212.
- Bielschowsky, Ricardo. “Cinquenta anos de pensamento na Cepal — uma resenha”. In: _____. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 13-68.
- Botelho, André. “Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco”. *Lua Nova*, v. 90, 2013, pp. 331-66.
- . *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- Brasil Jr., Antonio. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- Cardoso, Fernando Henrique. “Educação e desenvolvimento econômico”. *Revista Brasileira*, n. 17, 1958, pp. 70-81.
- . “Educação para o desenvolvimento”. *Revista Anhembi*, ano X, v. XXXIX, n. 115, 1960, pp. 35-43.
- . *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- . *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- . *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978a.

- ____. “A questão dos partidos”. *Contexto*, n. 5, 1978b, pp. 1-20.
- ____. “Entrevista”. In: Montero, Paula; Moura, Flávio (orgs.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 18-46.
- ____. *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ____. *Um intelectual na política: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ____; Faletto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- ____; Ianni, Octavio. “As exigências educacionais do processo de industrialização”. *Revista Brasiliense*, n. 26, 1959, pp. 141-68.
- ____; Lamounier, Bolívar. “Introdução”. In: *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: Cebrap/Paz e Terra, 1975, pp. 9-13.
- Connell, Raewyn. *Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*. Cambridge/Crows Nest: Polity Press/Allen & Unwin, 2007.
- Cotrim, Ivan. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação (mestrado em ciência política). Campinas: IFCH — Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- Feres Júnior, João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru/São Paulo: Edusc/Anpocs, 2005.
- Forjaz, Maria Cecília. “A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.
- Garcia Jr., Afrânio. “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, 2004, pp. 285-300.
- Giordano, Verónica. “La sociología histórica y la sociología latinoamericana. La comparación en nuestras ciencias sociales”. *Revista de la Red Intercatedras de América Latina Contemporánea (Segunda Época)*, ano 1, n. 1, 2014, pp. 14-29.
- Gonçalves, Rodrigo Santaella. *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Tese (doutorado em ciência política). São Paulo: FFLCH — Universidade de São Paulo, 2018.
- Helayel, Karim. *Um sociólogo na periferia do capitalismo: a sociologia histórico-comparada de Fernando Henrique Cardoso*. Tese (doutorado em sociologia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- Kay, Cristóbal. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. Nova York: Routledge, 2011.
- Keinert, Fábio; Silva, Dimitri. “A gênese da ciência política brasileira”. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010, pp. 79-98.
- Kowarick, Lúcio. *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Lahuerta, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese (doutorado em ciência política). São Paulo: FFLCH — Universidade de São Paulo, 1999.
- ____. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Caderno AEL*, v. 8, n. 14-5, 2001, pp. 53-95.
- Lamounier, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: Fausto, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, t. III: *O Brasil Republicano*, v. 9. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1997, pp. 371-404.
- ____. *De onde, para onde: memórias*. São Paulo: Global, 2018.
- Leme, Alessandro. “La centralidad de la política para pensar lo económico en Fernando Henrique Cardoso”. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 77, n. 3, 2015, pp. 357-84.

- Lima, Pedro Luiz. *As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)*. Tese (doutorado em ciência política). Rio de Janeiro: Iesp — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- Limongi, Fernando. “Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 94, 2012, pp. 187-97.
- Linz, Juan. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Londres/Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000.
- Miceli, Sergio. *A desilusão americana*. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1989.
- Reis, Elisa. “Generalização e singularidade nas ciências humanas”. In: *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- . “Sociologia política e processos macro-históricos”. *Sociologias*, ano 17, n. 38, 2015, pp. 18-43.
- Romão, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- Sewell Jr., William. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- Skocpol, Theda. “Sociology’s Historical Imagination”. In: _____. (org.). *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 1-21.
- Smith, Dennis. *The Rise of Historical Sociology*. Filadélfia: Temple University Press, 1991.
- Villegas, Miguel Ángel. “El análisis comparativo: algunos aportes latinoamericanos en la segunda mitad del siglo XX”. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, ano LIX, n. 221, 2014, pp. 145-74.
- Weber, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- Werneck Vianna, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

